ATIVIDADE DE HISTÓRIA

Estudante: Data: __/__/____

Professor (a) Turma:

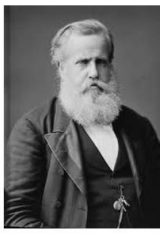
Escola:

TUDO SALA DE AULA

GOVERNO DE D. PEDRO II

O Segundo Reinado do Brasil foi o período em que D. Pedro II ficou no poder (de 1840 a 1889), diante das dificuldades de governança e das revoltas ocorridas no Período Regencial, foi necessário ao governo e seus aliados antecipar a ascensão de Pedro de Alcântara ao trono com apenas 15 anos de idade com uma mudança na lei do Império, essa ação política ficou conhecida como **GOLPE DA MAIORIADE**. Ficando quase 60 anos no poder, D. Pedro II foi o governante do Brasil que passou mais tempo no poder, deixando marcas positivas e negativas.



Como aspecto positivo, pode-se apontar a estabilidade política, tão desejada diante das revoltas espalhadas por todo o Brasil. Com D. Pedro II no poder, foi iniciado um modelo de governo conhecido historicamente como Parlamentarismo às Avessas. Enquanto no parlamentarismo britânico o Parlamento exercia papel central na escolha do primeiro-ministro e na limitação dos poderes do monarca, no Brasil, o imperador utilizava o Poder Moderador para escolher o primeiro-ministro e influenciar as eleições parlamentares. Ou seja, os poderes do imperador não eram limitados, pois o primeiro-ministro e a maioria dos parlamentares eram seus aliados.

Modernização econômica e incentivo à cultura e à ciência

Durante o Segundo Reinado, a economia cafeeira se modernizou e, diante das pressões dos fazendeiros, a infraestrutura foi ampliada, possibilitando o aumento das riquezas geradas por esse produto. Nesse período, surgiram as primeiras ferrovias e portos, além da implantação do telégrafo, considerado um precursor dos meios de comunicação modernos.

Vinte e cinco anos depois, ainda no segundo reinado, D. Pedro II traria o próprio telefone para o brasil.

D. Pedro II era uma pessoa altamente culta e havia estudado muito para se tornar imperador. Por isso, em seu governo, houve um forte incentivo às artes, à literatura e à ciência, além do fortalecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que tinha como responsabilidade construir uma história oficial do Brasil e estabelecer seus heróis nacionais. Foi nesse período que antigos inimigos ou considerados traidores do governo português, ou seja, aqueles que lutaram pela independência e pela liberdade do Brasil em relação a Portugal, passaram a ser reconhecidos como heróis da pátria.

São exemplos: Tiradentes (Inconfidência Mineira), Frei Caneca (Revolução Pernambucana e Confederação do Equador), José Bonifácio de Andrada e Silva (Patriarca da Independência), Filipe Camarão e Henrique Dias (Insurreição Pernambucana).

A manutenção da escravidão e os interesses dos cafeicultores

Como aspecto negativo, pode-se apontar a manutenção da escravidão. Embora a escravidão tenha sido abolida no Brasil durante o Segundo Reinado, é importante saber que o país foi o último do Ocidente a acabar com o trabalho escravo. Ou seja, apesar de muitos historiadores considerarem D. Pedro II um abolicionista, a escravidão foi mantida durante grande parte de seu governo. O principal motivo para o adiamento da abolição da escravidão negra era o temor de perder o apoio dos grandes barões do café, uma vez que esse produto correspondia a cerca de 80% das riquezas produzidas pelo Brasil.

A Guerra do Paraguai e a crise do Segundo Reinado

Um dos fatores negativos que, juntamente com o descontentamento dos cafeicultores, contribuíram para a queda de D. Pedro II foi a Guerra do Paraguai. O conflito durou cerca de seis anos e, apesar da vitória brasileira, provocou milhares de mortes, aumento da dívida externa, grave crise econômica e desgaste da relação do imperador com as altas patentes do Exército. Outro ponto marcante foi a situação da população negra após a abolição. Os ex-escravizados não receberam indenização pelos danos sofridos nem apoio governamental para conseguir moradia, educação e emprego, permanecendo em condições de grande vulnerabilidade social.

Muitos historiadores consideram a abolição da escravidão a ação mais importante do Segundo Reinado. Entretanto, a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, esteve longe de ser um simples ato de bondade da monarquia. É quase unânime entre os historiadores a opinião de que D. Pedro II era contrário à escravização de pessoas negras. No entanto, sua posição como imperador não permitia que sua vontade, por si só, determinasse o fim da escravidão no Brasil. Havia muitos interesses envolvidos, principalmente os dos cafeicultores, que dependiam da mão de obra escravizada em suas fazendas.

No início de 1888, o Brasil estava à beira de uma grave crise social. Milhares de escravizados fugiam das fazendas de café, enquanto o Exército Brasileiro declarou oficialmente que não perseguiria mais os fugitivos.

Jornais, intelectuais, advogados, como Luís Gama e José do Patrocínio, e a população, por meio de manifestações nas ruas, pressionavam cada vez mais pelo fim da escravidão. A situação se agravou ainda mais porque quem ocupava o trono era a filha de D. Pedro II, a Princesa Isabel, pois o imperador estava na Europa para tratamento de saúde. Diante do agravamento da crise política e da possibilidade cada vez maior de queda do Império, a princesa decidiu demitir todos os ministros e nomeou o político João Alfredo como presidente do Conselho de Ministros, com a missão de elaborar e aprovar um projeto de abolição imediata da escravidão.



Teresa Cristina, Antônio, Isabel, Pedro II, Pedro Augusto, Luís, Gastão e Pedro de Alcântara – Fonte: Domínio Público / Otto Hees

A assinatura da Lei Áurea e a queda da Monarquia

Os barões do café tentaram incluir emendas exigindo que o governo pagasse indenizações aos fazendeiros pela perda de seus escravizados, mas a proposta foi rejeitada. A Princesa Isabel, então, assinou a Lei Áurea, cercada por abolicionistas em clima de festa. Entretanto, os cafeicultores se sentiram traídos e passaram a apoiar movimentos contrários à monarquia, contribuindo para a queda do Império, 18 meses depois, com a Proclamação da República.

Texto: Cássia Alves – Equipe Tudo Sala de Aula
Referências: mundoeducacao.uol.com - todamateria.com.br - brasilescola.uol.com.br

Atividades

1. O Imperador utilizava o poder moderador para escolher o Primeiro-Ministro e influenciar as eleições parlamentares, ou seja, o imperador não teria seus poderes limitados, pois o Primeiro-Ministro e a maioria dos parlamentarem eram seus aliados. Esse trecho se refere
a) à Monarquia Portuguesa.
b) ao Parlamentarismo às avessas.
c) à República Presidencialista.
d) à Confederação de Imperadores.

2. Quais foram as principais invenções e modernizações que contribuíram para a produção e a comercialização do café durante o Segundo Reinado?

_____
_____
_____
_____
_____

3. Qual a função do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)?

_____
_____
_____
_____

4. Cite dois personagens que foram considerados traidores pela Coroa Portuguesa, mas que passaram a ser reconhecidos como heróis nacionais a partir da construção da história oficial promovida pelo IHGB.

_____
_____

5. Por que a escravidão foi mantida durante grande parte do Segundo Reinado, mesmo diante das pressões pelo seu fim?

_____
_____
_____
_____
_____

6. Quais foram as principais consequências da Guerra do Paraguai para o governo de D. Pedro II?

_____
_____
_____
_____

7. Por que a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, não garantiu condições dignas de vida aos ex-escravizados?

_____
_____
_____
_____
_____

8. Quais acontecimentos e movimentos sociais contribuíram para acelerar a abolição da escravidão no Brasil em 1888?
a) A pressão dos cafeicultores, a expansão das ferrovias e o apoio do Exército à manutenção do trabalho escravo.
b) A fuga em massa de escravizados, a mobilização de abolicionistas, as manifestações populares e a decisão do Exército de não perseguir mais os fugitivos.
c) A decisão do imperador de libertar todos os escravizados, a indenização aos fazendeiros e o apoio dos grandes proprietários rurais.
d) A diminuição das manifestações populares, o fortalecimento dos fazendeiros e a aprovação de medidas que ampliavam o trabalho escravo.

9. A assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, não foi nem de longe um ato bondoso da monarquia. Qual o real motivo para a princesa Isabel ter assinado a Lei áurea?
a) O temor de perder o trono imperial.
b) A desejo de agradar os fazendeiros cafeicultores.
c) O desejo de justiça pelos negros escravizados.
d) A preocupação com a saúde de D. Pedro II;

10. Por que a assinatura da Lei Áurea provocou o descontentamento dos barões do café e contribuiu para a queda da Monarquia?

_____
_____
_____
_____
_____

11. Cite 3 aprendizagens obtidas na aula de hoje.

_____
_____
_____
_____

Apoio pedagógico para este material

Para acessar o **gabarito**, o **planejamento** e as **demais orientações,** escaneie o QR Code **ou** clique no botão ao lado. Ao abrir, role a página para baixo.

CLIQUE AQUI

Mais opções de materiais e suportes gratuitos para professores:

Acesse nosso **site** e encontre milhares de atividades gratuitas para enriquecer suas aulas. ACESSE	Entre em grupos de **WhatsApp** e fique por dentro das novidades e lançamentos. ENTRE	Acesse o nosso **Instagram** e acompanhe conteúdos, dicas e novidades para professores. SIGA

© Tudo Sala de Aula – Todos os direitos reservados

Este material é protegido pela legislação de direitos autorais e destina-se exclusivamente ao uso pedagógico em sala de aula ou em casa. É permitida a utilização e impressão para fins educacionais, sendo proibida a reprodução, comercialização, distribuição, publicação em livros ou disponibilização deste material, integral ou parcialmente, em sites, redes sociais, plataformas ou outros meios, sem autorização prévia do Tudo Sala de Aula.